

Comissão rejeita defesa de Maria Helena

Sebastião Moreira/AE - 4/3/99

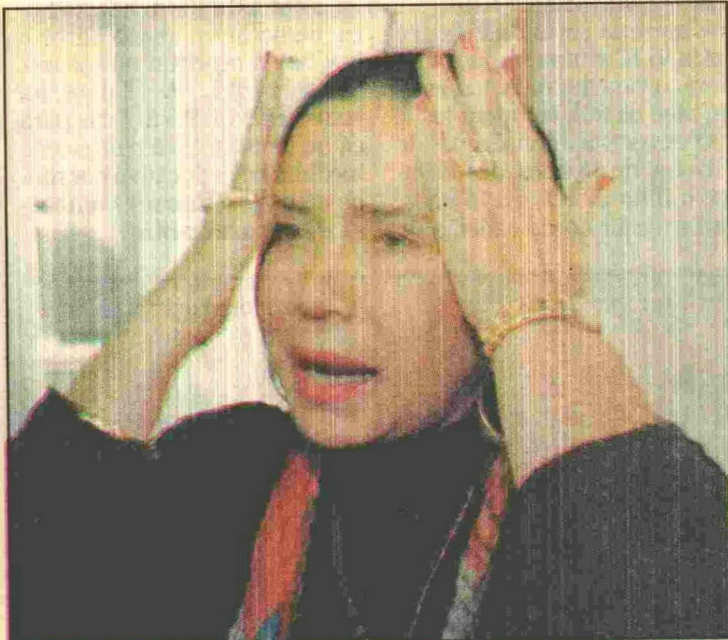
Decisão pode levar à cassação do mandato da vereadora, que deve depor na quinta-feira

MARCUS LOPES

A Comissão Processante da Câmara que investiga a vereadora Maria Helena (PL) rejeitou ontem, por unanimidade, a defesa prévia apresentada pela parlamentar no processo que pode determinar a cassação de seu mandato. Seu depoimento, o primeiro a ser realizado pela comissão, está marcado para quinta-feira, às 9 horas.

Segundo o presidente da comissão, Paulo Frange (PTB), a defesa não ofereceu subsídios suficientes para que o processo fosse arquivado. "Não ficamos satisfeitos com a defesa", disse Frange. Ontem mesmo, a comissão enviaria ofício ao juiz-corregedor do Departamento de Inquéritos Policiais (Dipo), Maurício Lemos Porto Alves, solicitando a presença de Maria Helena em todos os depoimentos, até mesmo de testemunhas. "Queremos assegurar total transparência dos trabalhos."

Desde o início, os vereadores escolhidos para julgar Maria Helena têm tomado todas as



Maria Helena: prazo para terminar trabalhos vai até 1.º de maio

cautelas, até em declarações à imprensa. Diferentemente do comportamento adotado em outros processos de cassação, os membros da comissão evitam declarações isoladas e previsões sobre os desdobramentos do processo.

Segundo Frange, a decisão de rejeitar a defesa foi técnica. A comissão rejeitou a concessão de novo prazo para a defesa apresentar outro relatório. Na semana passada, os advoga-

dos da vereadora alegaram que a denúncia lida em plenário era diferente da notificação apresentada para a defesa.

Na notificação, foi incluído o Decreto-Lei 201, que descreve as etapas do processo de julgamento. "A menção de dispositivos legais é irrelevante e não obstaculiza (sic) o exercício da ampla defesa, que se prende ao conhecimento prévio dos fatos das imputações descritas na representação", diz o relatório.

A comissão também não aceitou a denúncia de que delegados e promotores da força-tarefa formada pelo Ministério Público Estadual e Polícia Civil não agiram com isenção nas investigações. Segundo o relatório, não é possível exigir da autoridade policial que permaneça com a mesma imparcialidade de um magistrado durante os trabalhos de apuração.

A comissão também marcou as datas de depoimentos. No sábado, serão ouvidas as testemunhas de acusação. Na segunda-feira, será a vez da defesa. O prazo para a conclusão dos trabalhos é 1.º de maio. "Nossa expectativa é terminar antes disso", disse Frange. O advogado de Maria Helena, Laertes Torrens, não foi localizado pela reportagem do Estado.

Habeas-corpus – O Tribunal de Justiça julga hoje, a partir das 13 horas, o pedido de habeas-corpus para revogação da prisão preventiva de Maria Helena. Ela está presa desde 21 de dezembro, acusada de corrupção e ameaça a testemunhas durante as investigações sobre a máfia dos fiscais. Se o habeas-corpus for negado, a defesa poderá recorrer ao Superior Tribunal de Justiça. (Colaborou Thélío de Magalhães)